



Biblioteca, livro, conhecimento:
Historicizando a Prática de Leitura

Cristiano Pereira Alencar Arrais *

Ademir Luiz da Silva **

Resumo: O objetivo desse trabalho é tecer algumas observações sobre a tradição cultural no Ocidente, partindo da reflexão acerca de três de seus elementos fundamentais: a História das Bibliotecas, do objeto livro e do conhecimento.

Palavras-chave: Biblioteca, livro, conhecimento.

Abstract: The aim of this work is make a few observations on the cultural tradition in the West, from the discussion on three of its key elements: a History of Libraries, books and the object of knowledge.

Keywords: Library, book, knowledge.

Visitar uma biblioteca é sempre um exercício deliberado de leitura do mundo e de reflexão. É leitura porque as páginas dos livros guardam através dos diferentes códigos representados pelos idiomas escritos toda a tradição cultural que construiu a civilização humana. É reflexão porque não basta saber decifrar mecanicamente os códigos escritos, mas também compreendê-los e saber aplicá-los em seu próprio tempo. Não é por certo algo simples. Visitar uma biblioteca exige o cuidado de um caçador em terras alheias. Mais atenção ainda deve-se ter quando se pretende escrever sobre a biblioteca, quando se deseja refletir sobre sua formação e seus significados para nossa época. A relação estabelecida entre a biblioteca – por hora sinteticamente compreendida como o recinto ou edifício onde se instala uma coleção pública ou privada de livros e documentos organizada para estudo e consulta – e o conhecimento que é dela depositário parece-nos ser o ponto nodal, a chave que nos permitiria construir uma nova idéia do que é a prática de leitura. É este o problema fundamental a que tentaremos nos referir ao longo deste texto.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor efetivo do curso de História e do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Endereço eletrônico: alencar_arrais@yahoo.com.br

** Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor efetivo do curso de História e do Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás – Anápolis (GO). Endereço eletrônico: ademir.hist@bol.com.br

Adiantamos, porém para os limites de nossa proposta de trabalho: como qualquer professor / historiador praticante do ofício temos sempre a tendência em querer buscar as respostas no passado, quando percebemos as contradições e encruzilhadas a que nos remete o presente: “teria a história nos enganado” – perguntava-se um eminente historiador francês ao observar os exércitos alemães marchando sob o território francês recém conquistado. Dessa forma, as respostas que por ventura puderem ser encontradas ao longo das linhas que seguem carregam a marca dos sujeitos que as produziram. São marcas que buscam na compreensão do passado a inteligibilidade de problemas existenciais que se situam no tempo presente.

No fundo, todas essas perguntas que fazemos ao passado nos remete a nossa necessidade de orientar-se no mundo que está à nossa volta, mundo este em que age e que sente em sua vida a ação do mesmo. Tudo retorna assim a uma questão de sentido. Ao dirigirmos nossos interesses e carências de orientação existencial para o passado não fazemos nada mais que utilizar nossa consciência histórica como um mecanismo formador de nossa identidade e, portanto, de nossos posicionamentos (seja ele político, ético, religioso, estético etc) ante a vida prática pessoal.

Conscientes dos interesses que norteiam nossas motivações pessoais, procuramos direcioná-las ao passado tentando reconstituir através da memória de outros tempos os interesses e orientações que moveram os homens ao longo do tempo. Ao tentar determinar para as sucessivas épocas aquilo que elas próprias julgavam compreender como o que chamamos hoje em dia de conhecimento, biblioteca e especialmente a prática da leitura, optamos por separar esquematicamente nossa empreita em quatro momentos distintos: a Antiguidade Clássica Ocidental; a Idade Média; o Mundo Moderno e os problemas que nos são apresentados na contemporaneidade. Separação muito mais formal que empiricamente existente no tempo, ela nos auxiliará a esboçar quadros gerais e distinguir temporalmente as sucessivas formas de apreensão do conhecimento elaboradas pela experiência humana.

1 - A antiguidade clássica Ocidental

Conta Heródoto, em suas *Histórias*, que Polícrates, senhor da ilha grega de Samos e Amásis, rei do Egito traçaram certo acordo de amizade e comércio que muito fez prosperar os dois governantes – principalmente ao primeiro, cuja enorme e crescente prosperidade levou grande preocupação ao segundo a tal ponto de escrever-lhe a seguinte carta:

É para mim muito agradável saber dos sucessos de um amigo e aliado; mas como conheço o ciúme dos deuses, essa grande felicidade me preocupa. Em benefício daqueles por quem me interesso, eu preferia que os êxitos fossem contrabalançados por um número correspondente de reveses; que houvesse uma alternância de venturas e azares, em lugar de uma felicidade constante e ininterrupta; pois nunca ouvi falar de homem algum que, tendo sido feliz em tudo, não viesse, por fim, a perecer desastrosamente. (HERÓDOTO, 1964 p.226)

Após certa ponderação e seguindo o conselho de seu amigo, Polícrates escolheu seu anel mais precioso e partiu para o mar aberto em um navio. Vendo-se em águas profundas lançou a jóia o mais longe que pôde e regressou ao palácio pesaroso pelo prejuízo que acabara de ter. Alguns dias depois, comendo um peixe ofertado por um de seus súditos, teve uma grata surpresa: dentro dele encontrava-se o anel que havia jogado no mar. Surpreso com o fenômeno, imediatamente escreveu uma carta contando a Amásis o prodígio que lhe havia ocorrido. “Lendo-a, Amásis reconheceu a *impossibilidade de afastar um homem de seu destino*, convencendo-se de que Polícrates não poderia acabar bem os seus dias.” (HERÓDOTO, 1964, p.228, o grifo é nosso). Assim, renunciou àquela aliança temendo que quando a desgraça atingisse seu amigo, também viesse a sofrer grandes perdas.

Longe de apresentar-se como uma simples, porém elegante, passagem da narrativa herodotiana, o caso do “Anel de Polícrates” pode nos servir de instrumento para analisar um tipo de pensamento geralmente comum na pólis grega: de que o curso dos acontecimentos seria aberto a modificações a medida que o homem conseguisse enxergar claramente o mundo ao seu redor. O destino humano era possível de ser controlado se suas ações fossem racionalmente elaboradas. Caso contrário deixaria-se dominar pela cegueira provocada pela *hybris* e a Fortuna o levaria a destruição.

Mas se o curso das ações dos homens era propício a modificações, o mesmo não ocorria com o próprio ser humano e com o conhecimento por ele gerado. Na verdade predominava entre os gregos um tipo de perspectiva substancialista sobre a natureza humana. Queremos dizer com isso que segundo os gregos existia algo de imutável no homem, o que fazia com que o mesmo permanecesse essencialmente igual, desde sua tenra infância até a idade madura. O transcorrer de sua vida apenas revelaria uma característica que já estava determinada desde seu nascimento. “O comando revela o homem”, escreveu Aristóteles, dentro da mais pura concepção substancialista sobre a qual discorreremos pouco acima.

Da mesma forma o conhecimento, acreditavam os gregos, também dava valor ao permanente, ao imutável e, portanto, passível de ser verificado e demonstrado a qualquer momento. Por isso a ênfase num tipo de filosofia metafísica e no desenvolvimento dos princípios matemáticos. A opinião de um homem, pensavam os gregos, poderia mudar de acordo com a ocasião, a superfície do mar nunca se apresentava da mesma forma, mas a idéia de um triângulo retângulo nunca mudaria, assim como a fórmula para calcular sua área, suas dimensões etc.

Se algum valor era dado às opiniões de outras pessoas ou mesmo ao passado, este – como no caso da narração herodotiana – tinha um valor de lição, assim como os seus mitos e lendas: servia para aprender como agir no presente. Esse é inclusive um dado importante, visto que somente a partir do século V a.C. que os pesquisadores apontam uma efetiva preocupação dos gregos com a preservação e manutenção de documentos. O motivo para o desprezo anterior está na própria forma de transmissão de conhecimento que permeou todo o período, a tradição oral. A consolidação da pólis grega tornou o exercício da arte política bastante evidente. A Ágora torna-se o lugar, por excelência da discussão, do debate, do aprendizado, do comércio e do exercício da retórica. A maieutica socrática – prática dialética e pedagógica que visava através da multiplicação de perguntas sobre um tema específico e de exemplos particulares e concretos chegar a um conceito sobre o mesmo – tem ali sua origem e difusão.

Se quiséssemos identificar aquilo que hoje em dia consideramos como o leitor na Grécia Clássica, este alguém seria o ouvinte e o interlocutor dos diálogos que ocorriam na Ágora – fossem eles filosóficos ou políticos, narrativas de viagens ou recitação de poemas – intervindo com aplausos, elogios ou intervenções àquele que tem a palavra. Quanto ao conceito de biblioteca, este será concebido como o centro de onde todo o conhecimento do mundo (conhecido) poderia ser encontrado. Evidentemente, bibliotecas como concebemos hoje não existiam. O mais próximo que podemos chegar é a biblioteca de Alexandria, cujas dimensões não podem ser mensuradas com precisão pelos pesquisadores contemporâneos. Como as obras eram escritas não em forma de brochura, mas em rolos que só poderiam ser lidos com a utilização das duas mãos de um leitor que se encontrasse de pé, cada obra gastava de 20 a 30 rolos. Acredita-se que em Alexandria existiam não menos que 500 mil rolos e somente seu catálogo era composto de 120 rolos.

2 - O mundo medieval e a perspectiva cristã

A tradição historiográfica consagrou a queda de Roma como o marco de passagem do mundo antigo para a Idade Média, em 476. Para o entendimento da concepção de conhecimento o marco pode ser outro: o fechamento da Academia de Platão em Atenas e a fundação da primeira grande ordem religiosa cristã, a Beneditina, em 529. O que significou a rigor que a Igreja tomava para si o monopólio da cultura e da reflexão, regendo-o a partir de seus princípios dogmáticos. Neste sentido é preciso destacar, resumidamente, duas questões que nos parecem fundamentais.

Primeiro é o conceito de que a ação humana não é planejada de acordo com objetivos pré-concebidos. Ao homem foi determinada sua cegueira em relação a suas ações. Ele portanto, não decidiria deliberadamente pelo pecado, visto que o mesmo seria inerente a sua própria natureza devido ao pecado original. Um segundo aspecto refere-se ao mundo no qual o homem habita. Ao contrário dos gregos que partiam da crença de que apenas seria possível de ser conhecido aquilo que fosse imutável, do contrário não poderia ser buscado sentido naquilo que muda, para a perspectiva cristã o próprio mundo tem por definição uma natureza mutável. Apenas uma única coisa seria imutável nesse mundo onde tudo é considerado perecível: Deus. Segundo esse juízo tudo foi criado por ele e só poderia ser modificado por sua vontade. Sendo substância, não poderia ser conhecida ou revelada por meio da razão. Suas ações poderiam ser conhecidas apenas por meio da fé.

Alguns pontos merecem ser desenvolvidos. Antes de qualquer coisa, o próprio ato de criação do mundo e de seu conhecimento. Segundo a tradição cristã o mundo foi criado juntamente com o tempo. Fora do tempo e do mundo Deus transforma-se no criador, naquele que está fora do tempo e, portanto, não pode ser passível de qualquer tipo de modificação. Estando fora do tempo, Ele cria e conhece, mas não se dá a conhecer. “O que é o tempo? Se ninguém me pergunta, sei; se alguém pergunta e quero explicar, não sei mais” – sentenciava Santo Agostinho em suas *Confissões* (RICOEUR, 1994, p.23). Somente no momento em que desejar revelar-se é que poderá ser conhecido. Mas não através da razão e sim através da fé em seus sinais. Nas Sagradas Escrituras – onde a Providência Divina revela suas intenções para aquele que crê.

Tal crença na Revelação está baseada na relação entre o Pecado Original e a Salvação Eterna. O drama da existência humana – o saber ser fruto do pecado e “errar” pela terra até o final dos seus dias sem a certeza de que no final dos tempos terá seu nome escrito nas portas

da Cidade de Deus (*peregrinatio*) – inicia-se com sua queda e inserção no mundo e só cessará no dia do Juízo Final.

A crença de que o imutável produz o mutável trouxe profundas conseqüências. A mais importante delas foi a perspectiva de que a sabedoria pertence tão somente a Deus. Os homens apenas executam seus desejos, estando suas ações, portanto, além de seu conhecimento. Assim, mesmo as guerras e invasões cumpriam de algum modo os desígnios da Providência Divina em sua preparação para a segunda vinda do Messias. Ao homem caberia apenas a sua contemplação. A melhor forma de realizar tal preparação seria por meio de uma profunda introspecção, tanto social quanto mental – a noção de *fuga mundi*, de retirada do mundo, onde os crentes se exilavam na solidão dos desertos ou, mais vulgarmente, na mais confortável clausura dos mosteiros. Protegidos do mundo, o lugar do pecado, os monges em seus estudos não buscavam descobrir nenhuma sabedoria oculta, mas sim honrar a Deus realizando uma “sublime e eterna” recapitulação do conhecimento por ele revelado. Qualquer possibilidade de substancial progresso do conhecimento tornava-se não só desnecessário, como sacrílego. Não por acaso a fórmula chave do credo cristão é “*Glória Patri et Filio et Spiritio Sancto, Sicut ert in principio et nunc et semper in saecula saeculorum*”, ou seja, “Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, como era no princípio, agora e sempre, pelos séculos dos séculos”.

Esta fé na infalibilidade do elemento escrito, o Verbo, é uma herança judaica, o Povo do Livro, ao Ocidente cristão. Seu principal efeito foi o de marginalizar a tradição oral da Ágora. Para o medievo, o direito de interpretar e debater as escrituras estava restrito a um estamento único: o clero, via de regra os únicos que sabiam ler e escrever.

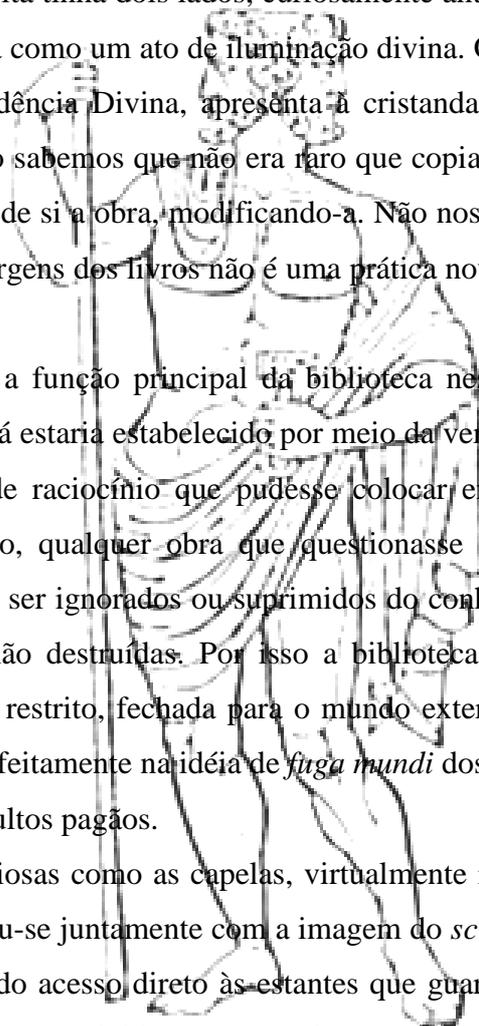
Além de óbvias razões políticas e sociais para essa restrição do acesso a educação, existia também motivos de ordem puramente religiosos. Sendo a palavra sagrada, como tal não deveria ser utilizada em vão. São extremamente comuns na Idade Média, Regras de ordens religiosas que pregavam o silêncio, quase, perpetuo. O silêncio e o respeito à palavra, deveria servir como uma forma de se aproximar da obra de Deus. Desta perspectiva derivam duas características do leitor medieval. A primeira e a prática do *ruminatio*. Para melhor gravar ou apreender o sentido dos escritos estudados era comum ouvir-se os rumores dos monges recitando os textos que liam em voz baixa. Somente a partir do século XIII foi imposto nas bibliotecas a regra, ainda hoje existente, de permanecer em silêncio dentro do recinto.

Outra característica importante era derivada do ambiente no qual estes leitores estavam inseridos. Havia poucos livros em circulação e todos eram muito lidos. Não existia a famigerada barreira da língua. O idioma oficial da Igreja, e, por conseguinte, da intelectualidade, era o latim. Todos os livros eram escritos nesta língua. Mesmo a *Bíblia*, composta originalmente em hebraico e grego, recebeu uma tradução latina oficial de São Jerônimo, chamada de *Vulgata*. Era preciso copiar estes textos para disponibilizá-los. Assim, na maioria das ocasiões, o leitor era também um copista.

O exercício da escrita tinha dois lados, curiosamente antagônicos. Antes de mais nada, a escrita era compreendida como um ato de iluminação divina. O escritor era aquele indivíduo que, inspirado pela Providência Divina, apresenta à cristandade a obra de Deus, buscando preservá-la. Por outro lado sabemos que não era raro que copiando livros, sagrados ou não, o monge acrescentasse algo de si a obra, modificando-a. Não nos enganemos: o ato de escrever ou fazer anotações nas margens dos livros não é uma prática nova. Ela remonta aos tempos do medievo, e mesmo antes.

Encontramos aqui a função principal da biblioteca nesse período: visto que todo o conhecimento necessário já estaria estabelecido por meio da verdade revelada pelas Escrituras Sagradas, qualquer tipo de raciocínio que pudesse colocar em questão a visão de mundo tradicional do cristianismo, qualquer obra que questionasse os valores estabelecidos pelo dogma da Igreja deveriam ser ignorados ou suprimidos do conhecimento público, escondidas nas bibliotecas, quando não destruídas. Por isso a biblioteca medieval é sempre retratada como um lugar de acesso restrito, fechada para o mundo exterior. Perspectiva essa que, por exemplo, se encaixava perfeitamente na idéia de *fuga mundi* dos mosteiros. Um refúgio contra as coisas mundanas e os cultos pagãos.

Fechadas, cerimoniosas como as capelas, virtualmente inacessíveis a seus usuários, a biblioteca medieval formou-se juntamente com a imagem do *scriptorio*, o local onde o monge se senta para ler. Não tendo acesso direto às estantes que guardam as obras, ao leitor cabia, através dos catálogos, indicar ao bibliotecário a obra que deseja pesquisar. Dessa forma, os limites do conhecimento dos leitores estavam restritos ao já sabido. Seguindo assim em sua eterna recapitulação, visto que o desconhecido não tinha como ser descortinado.



3 – As contribuições do mundo moderno

Relativamente antiga é a idéia de que os fenômenos que ocorrem no mundo podem ser explicados logicamente, sem que seja preciso recorrer a interpretações míticas ou mágico-religiosas. A esse processo que alguns autores chamam de “desencantamento do mundo”, não pode ser precisado um início. Na verdade, poderíamos apontar tanto a Antiguidade quanto as contribuições da perspectiva cristã como o início desse processo de racionalização no Ocidente. Um terceiro momento decisivo e que vale a pena retermo-nos com um pouco mais de demora foi o nascimento daquilo que os historiadores convencionalmente chamam de Mundo Moderno, que ganharia seus contornos a partir do século XV e XVI. Como não há uma data precisa para marcar a profunda mudança de perspectiva que hoje em dia podemos vislumbrar nessa época, tenhamos em mente que principalmente os primeiros séculos marcaram o fim do regime feudal e a transição para um novo tipo de economia voltada para a busca pela realização de lucros sempre renovados através de uma organização racional do trabalho – o Capitalismo.

Entretanto, utilizando-nos das prerrogativas citadas no início desse texto, também trabalharemos aqui com uma perspectiva sintética de um período que compreende mais de cinco séculos para tentar estabelecer um quadro geral, uma visão mais ou menos homogênea do período que se estende até meados do século XX. E se pudéssemos fazer uso de apenas uma palavra para tentar construir uma visão homogênea do período ora tratado, essa palavra seria “razão”: somente através de uma perspectiva racional – que tenha como objetivo a observação controlada dos fenômenos e sua experimentação metódica – é que o conhecimento poderia ser gerado.

Evidentemente, esse tipo de pensamento não nasce do dia para a noite. O próprio período renascentista foi um oceano de contradições, nem tudo foi arte e beleza. Houve, na realidade, um alarmante aumento do obscurantismo místico, processos insensatos, matanças infundas, intolerância religiosa como nunca se viu, exploração generalizada, a volta da escravidão etc. A instituição máxima do medievo, a Igreja, deixou de ser una. De seus conflitos internos surgiram movimentos de contestação que geraram uma nova forma de ver o mundo. Os primeiros defensores da “razão” eram encontrados no seio da própria Igreja, junto aos teólogos ligados a Escolástica, às primeiras Universidades e a grandes nomes da filosofia do período, como por exemplo, Roger Bacon. Sua máxima, ancorada em Aristóteles, de que se deveria ler no livro da natureza, daria o tom da filosofia feita posteriormente.

Esta nova perspectiva intelectual gerou o chamado humanismo. Nascido também dentro da Igreja esse movimento visava resgatar do esquecimento conceitos da filosofia da Antigüidade, dando novo rumo para os estudos filosóficos de seu tempo. Da leitura de pensadores gregos e latinos, surge uma perspectiva oposta àquela pregada pela teologia. Ao combater a idéia de que a fé era o princípio do conhecimento e de que o mundo poderia ser conhecido pelos homens, não somente por Deus, os pensadores humanistas colocaram cada vez mais ênfase no ser humano como sujeito e objeto do conhecimento. Esse tipo de preocupação, que combatia diretamente a tradição teocêntrica de Deus como a origem e centro de todas as coisas, foi chamado de antropocentrismo, o homem no centro do mundo, e marcou todo o período em questão.

A renovação cultural que se processou a partir daí possibilitou reconfigurar toda uma noção do que era concebido como conhecimento, além de revolucionar sua relação com os conceitos de leitor e de biblioteca. Um dos marcos dessa ruptura é a dúvida metódica, elaborada por Descartes em meados do século XVII. Sua fórmula latina *Cogito ergo sum*, Penso logo existo, por assim dizer, deu o passo inicial da ciência moderna. A partir da perspectiva de que algo só poderia ser considerado como verdadeiro quando não existisse qualquer dúvida em seu espírito sobre o objeto em questão, quando as idéias produzidas sobre os fenômenos a nossa volta tivessem passado pelo crivo da razão, Descartes chegou a uma concepção de conhecimento que privilegiava a observação, a experimentação metódica e a rotinização das experiências. O estabelecimento de regras para se atingir o conhecimento já dava provas de que muito mudara desde as formulações medievais.

Com o passar do tempo, tal ênfase na razão como princípio do conhecimento foi levada ao extremo, com o desenvolvimento da física newtoniana que buscava encontrar leis que regessem o mundo natural através de princípios mecânicos, ou do movimento iluminista do século XVIII que rompeu definitivamente com a tutela teológica e exaltou a razão como fundamento da natureza humana, cabendo ao homem descobri-la dentro de si ou então desenvolvê-la ao longo da história. Esta última idéia está bastante vinculada ao próprio desejo iluminista de “levar luz” – i.e. progresso através da razão – às sociedades que ainda não tinham sido tocadas pela deusa Razão, tal como fizera Voltaire. Mas também continha dentro de si o princípio de “educação da humanidade” desenvolvida por Rousseau.

À luz desse tipo de perspectiva, o livro torna-se um objeto de culto. Com o acesso cada vez maior à educação, até então restrita às classes dominantes, a leitura individual e/ou solitária substituiu a norma da leitura comunitária da Instituição Eclesiástica, tornando

novamente possível a interpretação pessoal da palavra. Essa transformação pode ser observada tanto no desenvolvimento da Reforma Protestante, quanto na vulgarização das traduções não só da *Bíblia*, mas também de outros livros; tanto filosóficos quanto literários. O que naturalmente levou a um aumento do número de publicações e das tiragens das obras, fenômeno possível graças ao desenvolvimento da imprensa e o conseqüente barateamento das edições.

Reforcemos que tais publicações não estavam restritas apenas a obras filosóficas ou de alta cultura. Desde a Idade Média existiam pequenos livretos, similares ao que chamamos no Brasil de literatura de cordel. Textos breves, em versos, que tratam de temas populares, do folclore, de personalidades públicas ou de críticas aos governantes. A partir do final do século XVIII suas publicações se multiplicam. Um tratado erudito de Rousseau poderia ser encontrado ao lado destas obras, maliciosamente descritas como “livros para ler com uma só mão”.

Nesta época tornou-se moda freqüentar as leituras públicas, realizadas em grandes salões de reuniões e nos institutos dedicados à cultura. Ao mesmo tempo, a imagem romântica do leitor solitário, introspectivo, sempre vinculado a idealização da natureza é amplamente cultivada e ganha respaldo com a publicação de *Werther* (1774), tornando Goethe uma celebridade em toda Europa.

Doravante entendida como empreendimento cultural e mercadológico – vide o caso de Gutenberg, que utilizou-se da publicação em massa da *Bíblia* para pagar suas dívidas – à imagem do livro é introduzida implicitamente uma outra figura: o editor. Como objeto de consumo em épocas em que demonstrar-se um leitor atualizado é símbolo de *status* social, o editor media a relação entre o autor e o leitor. Os autores da passagem do século XVIII para o XIX, sentiram essa modificação. No prefácio de *A Nova Heloísa* (1761), Rousseau reproduz o diálogo entre um editor e um homem de letras sobre a possibilidade de o público gostar de sua obra. A maioria dos textos do Marquês de Sade foram publicados na clandestinidade, sendo, não raras vezes, apreendidos na própria editora – mas sempre conseguindo chegar a seu público, demonstrando a força crescente do mercado livresco, passível de se converter se necessário em um mercado negro. Por outro lado, a trajetória de Baudelaire é uma via-crúcis no sentido de encontrar patrocínio para seus poemas e fugir da censura. Ao mesmo tempo, grandes e arriscados empreendimentos mercadológicos no campo das letras ocorrem: a *Enciclopédia*, trinta e dois volumes contando com a participação conjunta das maiores mentes iluministas, é saldada como a síntese de todo o conhecimento acumulado pela humanidade. É

ainda na primeira metade do século XIX, que Dickens e Víctor Hugo consagram suas carreiras. A arte do romance tornou-se imensamente popular, ocupando na época o espaço hoje ocupado pelo cinema e televisão.

Para atender a tal ânsia de leitores, evidentemente, a concepção de biblioteca sofreu grandes modificações. De preferencialmente fechadas converteram-se em sintomaticamente abertas. A idéia de educação da humanidade e de progresso obtido através de um governante ilustrado produz um fenômeno sem igual de proliferação das bibliotecas públicas. Da mesma forma que o mecenato do século XV funcionava como um mecanismo de promoção social de uma burguesia sequiosa de prestígio e poder político, muitos governantes produziram a imagem de grandes protetores da cultura e das artes ao longo do século XVIII e XIX, construindo museus e bibliotecas, além de patrocinarem grandes exposições que reuniam todas as grandes realizações da sociedade de seu tempo.

Não só a imagem do governante, mas também a do homem de letras, do intelectual ilustrado, será construída a partir de agora conjuntamente com sua biblioteca particular – uma demonstração empírica do seu conhecimento acumulado e da autoridade de sua fala. E assim como nos museus e nas exposições, os frequentadores das bibliotecas mantinham um contato direto com os livros. Tal perspectiva era realmente inovadora visto que produzia o interessante fenômeno de tornar possível o encontro entre leitor e livro, entre o conhecido (o que se procura) e o desconhecido (o que se encontra sem procurar). A Biblioteca não seria mais o local onde se reúne todo o conhecimento do mundo, mas onde através de métodos racionais seleciona-se aquilo que fará parte de seu acervo, onde se incluirá o necessário e imprescindível e se descartará o desnecessário.

4 – Os problemas do mundo contemporâneo

Apesar das profundas modificações e dos grandes contribuições que foram legadas para a posteridade pela tradição do classicismo, muitos desdobramentos daquela perspectiva tiveram efeito contrário: ao invés de expandir as formas de compreensão do mundo, limitou-a a uma visão eurocêntrica do progresso da humanidade e tratou as diferenças culturais entre as sociedades como reflexo de seu atraso em relação a Europa. Ao conceito de conhecimento estabeleceu-se uma sinonímia com aquilo que se considerava ser a Ciência. Bem visto: o modelo paradigmático de ciência dominante durante todo o século XIX e XX tinha como referência as ciências exatas e mais especificamente, a Física Newtoniana. O lugar onde se

produz conhecimento também mudou de lugar. Ao invés de um local aberto como a Ágora grega, às vistas do público, as Academias, as Universidades, os laboratórios tornaram-se o único lugar onde o conhecimento poderia ser gerado.

Somado a isso, toda a forma de conhecimento que não tivesse por base uma orientação racional de seus procedimentos fora desprezado. A experimentação leiga, as crenças e tradições populares foram julgadas como desprovidas de qualquer valor implícito. A especialização cada vez mais rápida e severa, o desenvolvimento de técnicas cada vez mais avançadas e elaboradas de se conhecer o real, tornou a ciência extremamente sofisticada e dominada por uma elite de especialistas cuja caricatura assemelha-se a um homem de óculos com lentes grossas, jaleco branco, manipulando fórmulas, programando aparelhos impossíveis de serem identificados por um leigo. Ou então aquele tipo de indivíduo que é catalogado como “intelectual de gabinete”. Trancado em seu escritório, rodeado de livros e ignorante do mundo exterior. Desvinculado da vida prática cotidiana das pessoas o conhecimento científico tornou-se sem sentido, distante do mundo dos homens – fetichezado.

Sabemos para que serve o computador, a televisão, o telefone, o interruptor de nossas casas e tantos outros “sistemas peritos” que nos cercam no dia-a-dia. Mas não sabemos como funcionam. Como a eletricidade pode gerar clãridade no apertar de um botão, não sabemos qual o motivo de estarmos em sala de aula estudando, por exemplo, a distribuição dos elétrons dentro do átomo, a função do *spin* ou a relação entre uma ligação covalente dativa com o mundo que está ao nosso redor (o exemplo da química poderia servir para qualquer outra disciplina, os estudantes sabem disso).

A conseqüência principal desse processo foi o afastamento do homem comum de qualquer tipo de atividade que lhe sugerisse a idéia de conhecimento. Por isso para a maioria de nossos alunos o ato de ir a escola tornou-se uma obrigação. Estudar passou a ser entendido como sinônimo de castigo, de algo pesado e recurso só executado em épocas de exames. Evidentemente com o ato da leitura não foi diferente. Ela tornou-se uma barreira intransponível entre o conhecimento contido dentro de um livro e o seu leitor. O ato de ler inseriu-se dentro daquelas ações que se tornaram trabalhosas, muito distante de qualquer perspectiva de diversão. A biblioteca tornou-se um local hermético, onde “dorme” o conhecimento e o bibliotecário um mero guardador de livros. Àquela velha imagem do filósofo como o homem que convida-nos a sair da caverna e olharmos para a luz ao invés de contentarmo-nos com as sombras, sobrepôs-se os messianismos políticos e as religiões

positivas que estão repletas de sentido e oferecem respostas que satisfazem nossas preocupações existenciais.

A tal perspectiva sobrepôs-se uma série de críticas que hoje em dia desconstruem a idéia de conhecimento que se tinha. Neste início de século multiplicaram-se as formas de se obter informação sobre o mundo. Jornais, revistas, rádio, televisão, internet, todos os meios de comunicação tornaram o mundo mais próximo, mesmo que espacialmente distante. Ao mesmo tempo, a partir das críticas feitas à concepção eurocêntrica de progresso iniciou-se ainda no século passado uma intensa valorização dos elementos ligados as culturas tradicionais, ao folclore, às credences populares e às experiências cotidianas de comunidades locais. Da mesma forma, questiona-se hoje em dia a noção clássica de conhecimento puro, neutro, livre de ideologias políticas visto que tal perspectiva apenas privilegiou as doutrinas imperialistas das nações desenvolvidas.

Em meio a tantas questões, como então podemos entender hoje em dia a noção de conhecimento, de prática de leitura e mais especificamente à biblioteca? Retornamos portanto a questão inicial. Não é para menos visto que as poucas linhas aqui traçadas não correspondem ao valor e a complexidade de tais questões. Mesmo assim, a título de conclusão, tecer algumas considerações demasiado intuitivas, mas, ao mesmo tempo, capazes de produzir algumas reflexões importantes e serviriam de um norte para nos guiar dentro de nossas bibliotecas – escolares ou não.

De modo geral, é preciso admitir que o ato de leitura não é uma ação estática, como se o leitor fosse apenas um receptáculo do conhecimento contido em determinada obra. Pelo contrário, a leitura deve sugerir uma recepção ativa, que inventa, desloca, distorce e redefine seu conteúdo através dos significados que são produzidos de acordo com a experiência pessoal de cada leitor.

Ao reorientar a noção de leitor, redefinimos também a noção de leitura, entendendo-a como produção. Equivale dizer com isso que o texto só existe se houver um leitor que lhe dê significado e que, portanto, a distância entre leitor e escritor é apenas formal. O texto, o livro, é fruto de uma relação dialética, produzido através de uma teia de significados que ultrapassa aquele sugerido pelo autor. É, portanto, aquilo que comumente se chama de uma Obra Aberta. Como instrumento que media a relação entre a bagagem cultural recebida ao longo dos séculos e as experiências individuais de seus leitores em contato com o mundo que o envolve e a tradição recebida, o livro assume o papel de um objeto que possui uma dinâmica própria,

que “se faz pensar” ao mesmo tempo em que “faz pensar” a estranha relação que temos com esse passado que se faz presente.

É neste sentido que a biblioteca tornou-se um instrumento de construção do conhecimento. É onde as duas formas de saber se unem: a experiência cotidiana e o estofo cultural acumulado durante os milênios em que o homem caminha sobre a terra. Parafraseando o velho Borges, o bibliotecário maior, se a espada é a extensão dos braços do homem, o microscópio a extensão de seus olhos, o livro e algo mais: é a extensão de sua memória e de seu entendimento.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, *A Poética*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BORGES, Jorge Luis. Borges Oral. In: *Obras Completas de Jorge Luis Borges IV*. São Paulo: Globo, 1999.

CASSIRER, E. *A filosofia do Iluminismo*. São Paulo: Editora da Unicamp, Sd.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Editora Parma, 1983.

FINLEY, M. I. *Uso e abuso da história*, São Paulo: Martins Fontes, sd.

GRIMAL, Pierre. *A mitologia grega*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HERÓDOTO. *História*, 2 vol Rio de Janeiro: Jackson editores, 1964.

HOMERO. *A odisséia*. São Paulo: Atena editora, 1955.

LOWITH, Karl. *O sentido da história*. Lisboa, Portugal: Edições 70, sd.

MIDLIN, José. *Uma vida entre livros: encontros com o tempo*. São Paulo: Edusp – Companhia das Letras, 1997.

MORA, José Ferrater. *Visões da história*. São Paulo: Sd.

NEWTON, Isaac. *Princípios matemáticos; Óptica; O peso e o equilíbrio dos fluidos*. (Col. Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa* (Tomo I). Campinas-SP: Papyrus, 1994.

